

COMUNICADO

Respeitamos a diferença de opinião, mas repudiamos veementemente a deturpação de opiniões diferentes, seja por omissão seja por falsidades caluniosas.

A RTP e a TVI prestaram um mau serviço às famílias e de forma intencional tentaram prejudicar a imagem da CONFAP. Intencionais porque usam os mesmos argumentos deturpados, omitindo ambas os esclarecimentos da CONFAP fazendo passar a mensagem de que a opinião da CONFAP está condicionada a um apoio financeiro que não existe e que as jornalistas de ambas as estações tiveram oportunidade de verificar presencialmente. Além de que as contas da CONFAP são todos os anos enviadas ao ME e ao TC.

Que não fiquem dúvidas, a CONFAP nunca se pronunciou contra a reutilização, bem pelo contrário e foi com a nossa ação que o ME (estivemos reunidos mais de 4 horas) recuou e decidiu que no 1º ciclo os manuais serão oferecidos. Fazemos parte do conjunto de muitos Pais que anualmente, com as AP, Juntas de Freguesia e Escolas, constituem e ajudam os bancos de livros para auxiliar as famílias que precisam dessa opção.

Fomos nós também que em devido tempo alertamos o governo anterior para as alterações socioeconómicas que muitas famílias sofrem no decorrer do ano letivo e que por isso seria preciso um mecanismo urgente de apoio social com a alteração da sua condição de escalão (o que por norma só acontecia no início do ano letivo). Desde há muito que os membros da CONFAP se preocupam com os interesses das famílias.

Ao contrário e estranhamente aparecem agora duas estações de TV aparentemente preocupadas, mas que nunca se dignaram estar presentes (encontros, assembleias, seminários e outras ações de informação e capacitação parental) e apoiar as AP a envolver as famílias no processo educativo dos seus filhos e educandos, condição fundamental para a promoção do sucesso escolar. Que bom e que necessário seria ter estas televisões a ajudar a difundir a mensagem de incentivo à participação cívica e de cidadania em prol de um melhor sistema de educação e de uma oportunidade o mais equitativa possível para todas as crianças e todos os jovens. Contudo isto parece não importar pois não gera a “confusão” que numa sociedade em desenvolvimento vende, afinal o único objetivo pretendido. Lamentável, mas será fruto do estado ainda inconsistente do nosso sistema educativo. Afinal este “jornalismo” também é fruto dele.

Felizmente tivemos a oportunidade de gravar as entrevistas na íntegra e de já aqui neste sítio defender a verdade em defesa da honra e da dignidade de muitos dirigentes associativos. A nossa posição sobre a política de manuais também é pública e está escrita.

E porque na CONFAP não nos interessa minimamente o alarido ou a confusão oportunista, cumprenos ainda lembrar que as famílias além dos manuais têm despesas de educação que não são elegíveis em IRS.

“Por uma EDUCAÇÃO presente com FUTURO”

Pessoa coletiva de utilidade pública - D.R. n.º 46, 11 série, de 24 de Fevereiro de 1987 | NIF 501 229 868

Por isso ficam as questões:

Porque não se decide pela dedução em IRS de todas as despesas de educação numa linha de equidade de rendimentos?

As famílias desde sempre reutilizaram. Porque não podem as famílias guardar os manuais de uns filhos para os outros e têm de se sujeitar a receber outros manuais em pior estado?

Como se vai garantir às crianças e aos jovens o necessário acesso aos manuais de anos anteriores para suporte de exame e de auxílio ao estudo na consolidação de aprendizagens? Vão as bibliotecas escolares estar abertas depois dos horários letivos?

Com que critérios e quem decidirá se os manuais estão em condições de devolução? Quanto custa ao Estado/contribuintes este processo?

Ao substituir os que não estiverem em condições de reutilizar, como se vai decidir quem recebe os novos e quem recebe os utilizados?

Porque não se investe numa política de conjugação de suporte digital com o suporte físico?

E, se há cabimento orçamental para dar a todos independentemente da sua condição de rendimento, porque não alargar os escalões da ASE e reforçar o apoio dos materiais escolares indispensáveis às aprendizagens, bem como do apoio na alimentação e nos transportes?

Porque não se investe antes as nossas energias em debater e concretizar políticas sustentáveis e de compromisso para uma alteração eficaz e eficiente de um (novo) modelo de ensino por conteúdos? Um trabalho de aprendizagem diferente em que o manual seja um elemento de consulta e não o guia de ensino e de cumprimento de metas programáticas.

Para estas questões temos respostas e sugestões que insistentemente temos apresentado e que se podem constatar na nossa posição há muito escrita e divulgada.

Entretanto ficam as dúvidas a que não sabemos responder, mas de que cada um poderá tirar as suas ilações:

A (BOA) razão, que nos é apresentada, é a da reutilização por questões de sustentabilidade. Mas será esta a verdadeira razão? Será o que verdadeiramente está em causa?

Por outro lado e sobre as reportagens fica-nos a dúvida:

O que leva a as televisões a não fazerem estas questões? E por que será que não passam corretamente a mensagem da CONFAP a que tiveram acesso em devido tempo, ao invés de extrair partes fora de contexto para suscitar interpretações erróneas? O que as move? A tal razão verdadeira que desconhecemos?

Os cidadãos saberão pensar por si apesar destas tentativas de manipulação da informação.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2017